

IMPrensa E Soberania Em Tempos De Guerra E Espionagem

FRANCISCO HÉLIO MONTEIRO JÚNIOR¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a imagem de soberania dos Estados Unidos da América veiculada pela imprensa brasileira, em tempos de guerra e espionagem. Primeiramente, analiso os discursos sobre a “guerra do Iraque”, especificamente aqueles veiculados pela revista *Veja* depois do “ataque” as torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001. Nela encontra-se o discurso do “bem” contra o “mal”. O “bem” representado pela supremacia da soberania norte-americana violada e seu modelo de democracia neoliberal. O “mal” representado pela pessoa do ditador Saddam Hussein, principal acusado do “atentado” e ex-aliado rebelde que passa a adotar uma política contrária a Washington. Mais recentemente, “o caso Snowden”, que tornou público a espionagem do governo federal brasileiro e de sua empresa estatal, Petrobrás, pelo governo norte-americano, uma vez mais foi tratado pela revista *Veja* por meio da lente da soberania. Dessa vez, discutindo o alcance do poder econômico, tecnológico e militar norte-americano diante da fragilidade dos recursos tecnológicos que garantiriam a soberania brasileira. Ambos casos tem em comum o fato de construir a soberania estadunidense a partir de um lugar social, econômico, tecnológico e militarmente privilegiado que ocuparia essa nação. Ao invés de questionar tal fato, parto da premissa de que ambos os contextos são sociologicamente relevantes para pensar os significados que a ideia de soberania como categoria socialmente construída assume segundo as apropriações midiáticas.

Palavras-chave: *Imprensa. Soberania. Guerra. Espionagem*

INTRODUÇÃO

Por que escrever um *paper* sobre a imagem de soberania dos Estados Unidos da América veiculada pela imprensa brasileira, mais especificamente pela revista *Veja*? Primeiramente, porque essa revista, publicada pela editora Abril, é uma revista de maior distribuição semanal no Brasil. Sua origem data de 1968, mesmo ano do golpe militar no Brasil, quando foi idealizada pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta². Ao longo desses 45 anos de circulação vem assumindo um importante papel na formação de uma opinião pública e de caráter “nacional” que se expressa em sua vendagem de 1,2 milhões de exemplares em todo o território nacional. Segundo, marcadamente alinhada à direita política, embora se faça valer do discurso da objetividade e neutralidade, contribui para o debate de ideias que se constitui um ato político interessado. Nessa direção, a liberdade de imprensa, que constitui um dos atributos do estado de direito democrático e de uma cultura democrática, é uma condição para todos os veículos de comunicação que tem como um dos seus papéis contribuir com a própria feitura desse estado, apresentando fatos e discorrendo sobre eles. Tarefa que se confunde com a formação de uma “opinião pública”. Aqui o termo “opinião pública” é tratado à maneira de Gabriel Tarde, como

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da FUNCAP. Professor de Direito e Desenvolvimento Social da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: heliomonteirojr@yahoo.com.br

um conceito psicossociológico. Isso quer dizer que o público em questão não se subdivide em um público político (de esquerda, de direita ou de centro esquerda) que define as regras jurídicas e moldam as instituições políticas que, por sua vez, formariam uma opinião política dominante; e de outro lado, a massa de consumidores de gostos, ideias, modismos de toda ordem. Ao contrário, o termo “opinião pública” remete a uma opinião partilhada em que elementos da tradição, da política, dos costumes, da razão e também da mídia se conformam conflituosamente em um dado tempo e espaço. Portanto, acessar essa “opinião” se constitui, nesse mundo globalizado, um grande desafio posto que as interpretações jornalísticas e/ou midiáticas que formatam-na são fruto de interesses, expressam posições políticas e visões ideológicas ora revestidas de estatuto científico, ora claramente etnocêntricas.³ Terceiro e último ponto a considerar é que os dois casos aqui abordados são paradigmáticos para se discutir soberania a partir da correlação de forças que opera no jogo geopolítico e como esses casos são interpretados e construídos por uma imprensa que diz estar “fora” do jogo mas na verdade é um dos elementos componentes desse jogo, contribuindo para a sua produção e reprodução.

A soberania não será tratada aqui exclusivamente como um conceito político, sociológico, jurídico, geográfico ou cultural. Antes, parto de um lugar da ambivalência, onde as fronteiras se encontram, os discursos se contrapõem, os conceitos são resignificados e “negociados” pelo e no transcorrer das ações humanas historicamente localizadas. Finalmente, posso afirmar que o próprio conceito de soberania, independentemente de sua face política, sociológica, jurídica, geográfica ou cultural, é, sobretudo, uma construção social que articula e negocia alteridades em um tempo sincrônico e diacrônico. Exatamente por isso, a soberania não se encontra dada mas está sempre se refazendo em uma multiplicidade de significados sem ser definido exclusivamente por algum deles. Vamos aos fatos.

² Mino Carta é atualmente editor-chefe da Revista *Carta Capital*, criada em 1996, com uma proposta editorial crítica ao modelo vigente de jornalismo praticado pela revista *Veja*.

³ Essa passagem em *Tarde* é pontual (2005, p. 69-70): “O jornalismo é uma bomba aspirante-premente de informações que, recebidas de todos os pontos do globo, cada manhã, são, no mesmo dia, propagadas a todos os pontos do globo no que elas têm ou parecem ter de interessante ao jornalista, tendo em vista o objetivo que ele persegue e o partido do qual é a voz. Suas informações, em realidade, são impulsos gradativamente irresistíveis. Os jornais começaram por exprimir a opinião, inicialmente a opinião local de grupos privilegiados, uma corte, um parlamento, uma capital, dos quais reproduziam os mexericos, as discussões, os discursos; acabaram por dirigir e modelar a opinião quase a seu bel – prazer, impondo aos discursos e às conversações a maior parte de seus temas cotidianos.”

O “bem” versus o “mal” ou quem é o “amigo” e o “inimigo”

O discurso etnocêntrico do “bem” contra o “mal” foi corrente durante a guerra dos Estados Unidos. Primeiramente, contra o Afeganistão, o “mal” esteve personificado confusamente na pessoa de Osama Bin Laden e de seu grupo “terrorista” Al Qaeda, que assumiram o atentado contra as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001, matando aproximadamente cerca de 3 mil pessoas. Em seguida, o alvo foi o ditador Saddam Hussein, acusado de dar apoio ao referido grupo “terrorista” e de possuir armas químicas de destruição em massa, que nunca foram encontradas. Em ambos momentos, o discurso corrente e unânime foi de “guerra ao terror”, polarizando o mundo entre os países que estavam a favor da guerra, ou seja, apoiavam George W. Bush e aqueles que, posicionando-se de maneira contrária ao conflito, por quaisquer motivos que fossem, logo eram colocados ao lado dos “terroristas”. As revistas *Veja* de 19 e 26 de setembro de 2001 fazem clara referência a guerra contra o “terror”, assumindo o discurso hegemônico do “bem” contra o “mal”. A capa da edição do dia 26 de setembro de 2001, leva-nos a pensar que não somente os Estados Unidos declararam “GUERRA AO TERROR”, assim mesmo em caixa alta, mas que essa guerra é de todos os países do “eixo do bem”.



Capa da *Veja*, de 26 de setembro de 2001

Nessa mesma edição, mais adiante, em suas páginas amarelas, reservadas a entrevistas com indivíduos que se destacam em sua área de atuação, a revista *Veja* trouxe uma entrevista com Paul Johnson, historiador e jornalista inglês. Como a própria revista fez questão de ressaltar em sua apresentação do referido historiador, certamente como uma estratégia de demarcar também sua posição política e ideológica, Johnson é católico, monarquista e conservador. Poderia acrescentar também convicto apoiador da guerra contra o Iraque e do discurso messiânico que coloca os EUA no lugar privilegiado de nação soberana, onde os valores democráticos da igualdade e liberdade se amoldaram com perfeição ao *american way of life*, como atesta essa passagem de sua entrevista:

Acho que os efeitos positivos de uma ação militar voltada contra o Iraque seriam maiores. A substituição da ditadura de Saddam Hussein por um regime democrático seria uma conquista e tanto. A guerra deve ser travada não apenas para exterminar o terrorismo internacional, mas para dar a uma larga porção do mundo algo que ele nunca teve: liberdade. (VEJA, 26 de setembro de 2001, p. 13).

Note-se que o discurso do entrevistado veiculado pela revista assume claramente uma posição etnocêntrica menos pela posição militar favorável e “superior” que ocupa a nação americana do que pelos discursos apressados que colocavam, de um lado e no mesmo rótulo de “terroristas”, nações e ações com interesses os mais diversos nesse conflito, e de outro, os valores e interesses norte-americanos, como a “liberdade” isenta de interesse e como valor em si, que justificaria por si só a guerra diante de nações “opressoras” e “violentas”. Por outro lado, é interessante notar como a “ditadura de Saddam Hussein” já é vista como alvo praticamente um ano e seis meses de antecedência da guerra declarada. Esse discurso a princípio foi ganhando notoriedade e passou a fazer parte do vocabulário da mídia televisiva e da imprensa brasileira sem qualquer preocupação com sua carga valorativa. O “mal”, portanto, passou a ser personificado na pessoa do ditador Saddam Hussein. Em uma matéria intitulada “Quem é o inimigo” a revista *Veja* deixa claro quem é o “maluco”, o “energúmeno”, o “monstro sedento de sangue”:

“Quem é o inimigo?” Para não haver dúvidas, esclareça-se desde o início: George W. Bush não é maluco, nem energúmeno, nem m monstro sedento de sangue. Também não está indo à guerra contra o Iraque para passar a mão no petróleo do país. (VEJA, 26 de fevereiro de 2003, p. 42).

Antes de corroborar com essa visão maniqueísta e apontar quem é o inimigo, chamo atenção para o fato da referida revista tratar superficialmente e com falsa clareza os interesses difusos e obscuros que sempre estão presentes em conflitos armados dessa grandeza. De fato, quando afirma-se prontamente em diversas passagens das edições aqui trabalhadas que o argumento de que os EUA “inventaram” uma guerra por que querem o petróleo do Iraque é “pueril”, esquece-se que o problema não está entre querer e não querer o petróleo, mas quais os efeitos de uma guerra e seu papel nas mudanças geopolíticas e econômicas que reconfiguram a posição de uma dada nação no campo da soberania. O Iraque tem cerca de 155 bilhões de barris de reservas de petróleo conhecidas e pode ter mais de 220 bilhões de barris de petróleo ainda não descobertos. Essa riqueza corresponde a um quarto das reservas mundiais de petróleo. Esses dados já seriam suficientes para deixar qualquer analista com a pulga atrás da orelha. E se acrescentamos que confirmado esses números, o valor do petróleo do Iraque seria da ordem de US\$ 30 trilhões de dólares. Nada mal, comparado ao custo projetado de US\$ 1 trilhão de dólares da invasão e ocupação do Iraque pelo EUA.⁴

O “bem”, portanto, estava bem representado por esse papel de nação solidária e guardiã dos valores da liberdade e igualdade que traz a revista. Afinal, o modelo da democracia norte-americana proporciona igualdade de oportunidades econômicas para todos. Perseguindo esse sinal, a cruzada do século XXI empreendida pelos EUA vinha com a bandeira da democracia acrescida de muitas bombas e sangue. Democracia consolidada, fundada numa tradição histórica da soberania política e popular que fomentou a Guerra da Independência das colônias americanas do Império Britânico e a Guerra Civil Americana. O momento, diferentemente daquele vivido durante a guerra do Vietnã quando a sociedade civil americana e internacional empreendiam campanhas de paz⁵, era de consternação e apoio às iniciativas americanas, como relatou a revista *Veja*:

Agora se luta contra o terror, algo tão desumano e atroz que o apoio universal está assegurado. A unanimidade dentro dos Estados Unidos é quase total. As pesquisas mostram que 95% dos americanos querem a guerra, mesmo que ela resulte em baixas. (*Veja*, 26 de setembro de 2001, p. 42).

⁴ Esses valores se encontram em METRI, 2009.

⁵ Apesar da intransigência do presidente Richard Nixon em manter e intensificar a guerra no Vietnã, os movimentos populares e a pressão da opinião pública fizeram com que ele não intensificasse o envolvimento militar norte-americano na guerra.

Contudo, a revista não faz nenhuma menção sobre essa pesquisa. O leitor não tem acesso aos métodos utilizados, quais agências financiaram-nas, muito menos o público que foi pesquisado. A notícia em questão leva o leitor a compartilhar de uma unanimidade universal e irrestrita de apoio à guerra que, de fato, não ocorreu. Portanto, se esse apoio em prol da guerra já era questionável mesmo depois de passadas apenas duas semanas do atentado às torres gêmeas, ela vai se tornando cada vez mais irreal e perigosa na medida em que se aproxima o ataque ao Iraque. Tanto nações se opuseram, como parcelas significativas da sociedade civil em diversos cantos do globo, - e aqui não faço distinção valorativa entre nações que apoiaram ou deixaram de apoiar George W. Bush e sua guerra particular – quanto instituições internacionais como ONU e OTAN. E tudo isso também foi tema de matéria da revista *Veja*.⁶

Soberania norte-americana

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ao parificar os direitos políticos e civis ao mesmo grau de importância dos direitos econômicos sociais e culturais ampliou os mecanismos de defesa dos direitos humanos bem como os tratados internacionais visando fortalecer os mecanismos de responsabilização das nações violadoras desses direitos. Dessa forma, houve também uma revisão na ideia de soberania absoluta do Estado, que passa a ser monitorado pela comunidade internacional em relação a sua conduta. Apesar desse sistema, alguns Estados não assinam ou não ratificam os acordos visando livrar-se da responsabilidade ou das penas com as quais ficam vinculados. Como não cabe aqui passar a limpo como os EUA vem lidando com essa nova concepção de soberania, vale citar que sua margem de manobra dentro da própria ONU, favorece suas decisões, deixando transparecer que está acima dessa instituição, desrespeitando quaisquer normas do direito internacional. Nas últimas décadas não assinaram acordos que objetivavam um desenvolvimento menos conturbado das relações internacionais, como, por exemplo, o acordo que criou o Tribunal Penal Internacional, realizado na “Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas”. A conferência foi realizada na cidade de

⁶ Para uma discussão mais detalhada sobre as contradições que envolveram a guerra contra o Iraque e que levou a revista *Veja* a assumir posturas contraditórias, ora apoiando o conflito ora concedendo algumas páginas às manifestações contrárias e às evidências que corroboravam o fato de Saddam Hussein não possuir armas de destruição em massa, ver VAL, 2007.

Roma, no período de 15 de junho a 17 de julho de 1998. Composto por sessenta Estados, o Tribunal entrou em vigor no dia 1º de julho de 2002. Ele é responsável por investigar e julgar indivíduos e Estados acusados das mais graves violações de direito internacional humanitário, como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.

No século XIX, Tocqueville (2005, p.65) observou que a soberania do povo da América do Norte era um dos principais pilares da democracia americana, seu sistema democrático está assentado no “princípio da soberania do povo [que] não é oculto ou estéril, como em certas nações; ele é reconhecido pelos costumes, proclamado pelas leis; estende com liberdade e chega sem obstáculos às últimas consequências”. A face avessa e complementar dessa imagem são as atitudes omissivas e arbitrárias dos EUA que contribuem para formar uma imagem de soberania em que transparece o autoritarismo inerente a sua recusa de, por exemplo, participar das estratégias jurídicas e políticas que fornecem um contrapeso a ideia de uma soberania absoluta que alçou aquela nação a posição de grande potência mundial.

Percebe-se que esses pilares do sistema democrático norte-americano levado ao extremismo ignora seu sistema de freios e contrapesos que não se encontra unicamente nas instituições americanas mas no próprio sistema internacional. Em nome da “democracia soberana de seu povo” e que serve de modelo para o mundo se faz guerra com o objetivo de levar liberdade e igualdade. Parte da população norte-americana favorável à guerra estava de acordo quanto a isso. O atentado foi uma ofensiva física e simbólica às suas principais referências físicas e simbólicas. O conteúdo da revista *Veja*, de 26 de fevereiro de 2003, não deixa dúvidas quanto a isso. Essa edição teve a intenção de mostrar a importância da opinião popular (principalmente a americana), incluindo mesmo os democratas, onde estão os segmentos menos conservadores da política americana, que impedia abordar o caráter “justo” ou não de um conflito dessa grandeza. Embora existissem posições contrárias na sociedade norte-americana quanto à legalidade da “guerra”, evidenciada por várias manifestações ocorridas durante o conflito, *Veja* insiste em sua leitura:

Os Estados Unidos tem valores, como a democracia e a liberdade absoluta de manifestação de ideias e crenças, que chocam todos aqueles que aprovam regimes totalitários, entre eles os radicais islâmicos. Os EUA, como país, resultaram da convivência das diferenças. O individualismo de seu povo é uma característica cujos resultados são assombrosamente positivos. Isso tudo produz ressentimento. Como diz um pensador, as pessoas que estão gritando contra os americanos nas ruas estão certas, mas muitos gritam pelos motivos errados. (*VEJA*, 26 de fevereiro de 2003, p. 40).

Primeiramente, a revista *Veja* omite que o convívio das diferenças nos EUA foi extremamente conflituoso, principalmente com negros e imigrantes que chegavam a nação em busca do sonho americano. O individualismo como ideologia dominante também tem sua face negativa no que se refere ao lugar subalterno que ocupam os direitos coletivos diante dos direitos individuais. E, por último, a manifestação de crenças e ideias não é tão tolerada como nos faz crer a revista supracitada. Antes e durante o conflito aconteceram fatos explicitamente antidemocráticos, empreendidos por grupos favoráveis à guerra que mesmo a imprensa americana não conseguiu camuflar. Dentre alguns, pode-se mencionar o caso de um grupo de música country, o Dixie Chiks. A cantora ao posicionar-se contra a “guerra”, passou a ter seus discos boicotados. Mais grave aconteceu na Louisiana, onde os discos do grupo foram destruídos por um trator, durante um evento especialmente realizado para esse ato.

Portanto, pode-se verificar que durante o conflito atual tais atitudes aconteceram verdadeiramente nas ruas americanas. Porém, dessa vez, a favor da “guerra”. Uma grande parcela dos americanos realizaram manifestações favoráveis ao conflito. Os americanos são um povo orgulhoso do seu regime democrático, da liberdade absoluta de manifestação de suas crenças e valores, e por que não dizer, da prosperidade econômica que não tem paralelo no mundo moderno. Querem, como representantes do “bem”, levar seus valores, seus produtos e as suas multinacionais a outros povos com objetivos definidos de exploração.

Espionagem e imprensa ou onde está a liberdade?

Antes de discutir o caso Snowden, é importante salientar que ambos os casos, a saber, a guerra do Iraque e o programa de espionagem denunciado por Edward Snowden, ex-agente da NSA, a agência de segurança interna americana, não são independentes. Ao contrário, são efeitos da política internacional norte-americana de combate ao “terror”, apesar de todo momento fazer-nos pensar que não. Voltando a entrevista do senhor Paul Johnson, vejamos o que ele fala:

Não há perigo de os Estados Unidos se transformarem num estado policial. Suas instituições democráticas são fortes demais. E acho que as agências de instituições vão conquistar mais poderes não por causa de uma conspiração da elite, mas por que os americanos se deram conta de que suas amplas liberdades não devem servir para que terroristas, aproveitando-se delas possam armar durante dezoito meses seguidos uma enorme operação assassina como aquela que acabamos de presenciar. (VEJA, 26 de setembro de 2001, p. 12-13).

Não foi bem isso o que aconteceu. A revista *Veja*, de 11 de setembro de 2013, exatamente 12 anos depois do atentado ao *World Trade Center*, revela em sua capa os dilemas de uma superpotência vacilante em explicar os casos de espionagem ao resto do mundo. A expressão do presidente Obama revela uma certa tensão mas também algo equivalente a expressão “vou fazer o quê?” “Vacilei e daí?” Ou seria mais correto afirmar que o presidente dos Estados Unidos da América, primeiro, vacilou em ter seu programa de espionagem denunciado, depois hesitou em dar justificativas plausíveis para o fato, e terceiro contribuiu para mostrar as fragilidades da superpotência?



Capa da *Veja*, de 11 de setembro de 2013

Em sua primeira candidatura à presidência dos EUA, Barack Obama prometeu acabar com o que ele chamou “grampos ilegais dos cidadãos americanos” feito pelo governo Bush para combater ações “terroristas”. Contudo, passados doze anos do “atentado”, o sistema de segurança e vigilância não deixou de funcionar como ampliou sua capacidade, como atesta as denúncias feitas por um ex-agente de segurança dos EUA corroboram. Snowden delatou um programa americano de espionagem de telefonemas de autoridades que, segundo o atual presidente Barack Obama, são interceptações telefônicas visando combater o terrorismo. Países “amigos” e “inimigos” foram espionados. Nossas instituições e até e-mails da presidente Dilma Rouseff foram grampeados assim como de outras lideranças internacionais. Ao obter senha e *logins* confidenciais e revelar os bastidores desse programa, tornou evidente um outro aspecto da relações entre as nações e entre estas e seus cidadãos que passa diretamente pela questão da

soberania. E a batalha em sua manutenção está sendo travada em outro campo, na internet. Nesse ponto, a concentração de tecnologia informacional nos Estados Unidos permitem-lhes que as informações que circulam na rede sejam mais facilmente interceptadas, pois a tecnologia de segurança contratada pelos outros países são quase sempre desenvolvidas por empresas americanas que possuem um vínculo estreito com os centros de inteligência que possuem um vasto arsenal de espionagem. Vejamos o que falou Obama:

Como o próprio Obama explicou na semana passada, boa parte do monitoramento eletrônico é feito não por que seja necessário, mas simplesmente por que é possível. “Da mesma forma que nossa capacidade é significativamente maior do que a de muitos outros países, isso também vale para a nossa inteligência. Assim, embora tenhamos os mesmos objetivos, nossos meios são significativamente maiores”, disse o presidente americano, sugerindo que a espionagem entre países amigos é normal. O que muda é o grau de eficiência de cada um. E, poderíamos acrescentar a capacidade de cada país evitar que essas dificuldades sejam reveladas publicamente. (VEJA, 11 de setembro de 2013, p. 67).

Diante do exposto, fica patente que, enquanto for possível, nos termos colocado por Obama, executar a espionagem, os EUA o fará na mesma proporção inversa da falta de tecnologia dos países pobres em efetuar a contraespionagem ou ainda anulá-la. A revista Veja procurou logo mostrar as vulnerabilidades do Brasil diante desse arsenal de “tecnologia espia”, ou minimizar a importância do fato, pela evidência dos EUA terem utilizados programas de espionagem com mero fim de testar suas capacidades. Ou ainda trouxe em suas referidas páginas amarelas uma entrevista com aquele que era naquele momento o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon, afirmando o que o Brasil não é alvo deles. Ele diria o contrário? Afinal, muitas de suas respostas esbarravam na categoria “sigilo nacional” “não posso falar sobre”. Enquanto isso, a soberania dos países espionados se faz e se refaz nessa relação desigual que não é minimizada pelo discurso da “amizade”, mas pode ser alterada de um outro lugar, assim como fez Snowden em sua denúncia.

CONCLUSÃO

Ao longo do presente artigo, procurei apresentar como o debate acerca da soberania em tempos de guerra e espionagem não pode prescindir da análise das interpretações dos fatos pela imprensa, de modo geral. Aqui elegi como material empírico uma revista, mas poderia ter escolhido um telejornal, um jornal impresso, um tabloide, ou mesmo um dos inúmeros blogs e

portais da internet. Todos eles, sem exceção, tecem interpretações contribuindo para formar uma teia miraculosa de significados em torno da ideia de soberania em que se encontra avaliações maniqueístas, valores opostos, pré-conceitos amarrados a posturas ideológicas e interesses políticos. A revista *Veja*, em sua cobertura da guerra do Iraque, apresentou o maniqueísmo do “bem” contra o “mal”, contribuindo ou reforçando a imagem do “inimigo” e do “amigo”, do ocidente versus oriente que não favorece uma análise mais acurada e menos comprometida com juízos de valor, legitimando uma visão autoritária em prol da guerra. Essa maneira de interpretar os acontecimentos revela uma percepção de soberania onde o “outro” inimigo deve ser liquidado, a todo custo, ignorando a opinião da comunidade e dos tratados internacionais. A soberania, assim como se apresentou na cobertura da guerra e do caso Snowden, também está atrelada a ideia de poder que passa pelo desenvolvimento técnico-científico que reflete diretamente em poderio militar e em capacidade de atacar, vigiar, espionar e manipular. Seria essa interpretação da soberania exclusivamente característico de um tempo de guerra? Ou ele se conforma a uma realidade mais ampla? A reprodução por parte da imprensa brasileira, especificamente citando a revista *Veja*, dos discursos inflamados de guerra requer que entendamos aquilo que chamei na introdução de negociação de alteridade. Quem é e como funciona a imprensa norte-americana? Não pretendo em hipótese nenhuma esgotar essa questão mas apenas sugerir caminhos.

Já afirmo que imprensa é um veículo importantíssimo para a formação de uma opinião nacional. Não esqueçamos que foi por meio dela que tomamos conhecimento da denúncia de Snowden, que contou com o apoio da imprensa internacional. Mas pode assumir uma postura antidemocrática quando se coloca no lugar do juiz, sentenciando, ou no lugar do governo, governando. São maneiras de proceder que contribuí para forjar uma imprensa que se julga no direito de escolher a veiculação das reportagens segundo seus interesses, que podem ser políticos, econômico ou mesmo de vingança, como o espírito de justiça que alimentou esse conflito.

Para finalizar, vale lembrar que durante a guerra do Vietnã, a imprensa norte-americana julgava-se capaz de escolher os fatos que seriam veiculados pelos jornais para não abalar a população com fortes imagens. Isso, porém, não conseguiu esconder por muito tempo as atrocidades praticadas tanto do lado norte-americano quanto do lado vietnamita. Novamente ela tentou cumprir tal objetivo. Fortalecendo a soberania norte-americana, não permitiu a manifestação contrária à “guerra” durante todo o seu desenrolar, estendendo, dessa forma, à população, uma prática que Tocqueville chamou atenção: “A inquisição nunca pôde impedir que

circulassem na Espanha livros contrários à religião da maioria. O império desta faz melhor nos Estados Unidos: ele tirou até mesmo a idéia (*sic*) de publicá-los” (Tocqueville, 2005, p. 300). Como não lembrar da passagem acima quando *Veja* afirma que “as pessoas que estão gritando contra os americanos nas ruas estão certas, mas muitos gritam pelos motivos errados” (VEJA, 26 de fevereiro de 2003, p. 40) anulando a ideia do debate público caro à democracia. Isso é revelador do quanto é urgente discutimos soberania e democracia não como valores a serem copiados ou impostos a ferro e fogo. Mas como construção e negociação de interesses divergentes com o objetivo de se chegar a um consenso.

REFERÊNCIAS

- ASSANGE, Julian. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BHABHA, Hommi. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, Antônio (org.). *O espaço das diferenças*. Campinas. Papyrus, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. A televisão, o jornalismo e a política. In: BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S&A, 1978.
- METRI, Paulo. Pré-sal: riqueza, poder e discórdia. In: *Tensões Mundiais: revista do Observatório das Nacionalidades*. v. 5 n. 9 jul./dez., 2009.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VAL, Helena Santeiro do. *Invasão ao Iraque – um estudo das coberturas das revistas Veja e Carta Capital*. Mestrado em ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- VEJA, edição 1719, 26 de setembro de 2001. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>
- VEJA, edição 1788, 5 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>
- VEJA, edição 1791, 26 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>
- VEJA, edição 2338, 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>